

A INTERNET E A IDENTIDADE DOS INDÍGENAS NO SUL DO BRASIL

Otávio José Klein¹

**Doutorando em Comunicação na Unisinos de São Leopoldo – RS/Brasil,
Professor em Comunicação Social na Universidade de Passo Fundo – RS/Brasil.
Em estágio de doutoramento na Universidade Beira Interior (UBI) – Portugal.**

O texto apresenta uma relação entre a Internet e a questão das identidades dos remanescentes indígenas caingangues no Rio Grande do Sul, Brasil. A questão central que buscamos responder neste texto é: o significado da Internet, enquanto mediação tecnológica e de linguagem e como ela pode contribuir na desejada reconstrução da identidade e cultura dos indígenas?

Numa primeira parte do texto buscamos compreender a Internet como um dispositivo recente, principalmente em suas dimensões tecnológicas e de linguagem, em seguida nos ocupamos do conceito de identidade, buscando compreender o processo das recentes mudanças identitárias dos indígenas. E, para finalizar apontamos algumas pistas, de como a Internet pode ser uma aliada no processo das lutas indígenas por reconhecimento e na desejada reconstrução da sua identidade caingangue.

1. A Internet e seus componentes tecnológicos e de linguagem

Partimos do conceito de dispositivo, que ainda se encontra em construção. Nos estudos comunicacionais ele aparece frequentemente, porém sem uma explicitação mais detalhada de sua gênese. No nosso entender o conceito ainda carece de uma construção epistemológica no campo das ciências.

¹ Doutorando em Ciências da Comunicação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos de São Leopoldo – RS/Brasil, sob a orientação do Dr. Prof. Jairo Getúlio Ferreira e Professor nos cursos de Comunicação Social da Universidade de Passo Fundo – RS/Brasil. Atualmente em Estágio de Doutorado na Universidade Beira Interior (UBI) - Portugal, com apoio da Capes/Brasil, sob a orientação do Dr. Prof. João Carlos Correia.

Na busca por uma compreensão do que sejam os dispositivos, fizemos algumas aproximações teóricas que nos movem nesse esforço acadêmico. Partimos da premissa de que eles são criação do homem e como tal são construção social, mas ao mesmo tempo são criação de cultura.

A primeira contribuição para essa convicção provém da visão que Arnold Gehlen (s/d) possui sobre o surgimento e a importância da técnica. No seu pensamento, o homem cria a técnica a partir da observação de certas regularidades no seu organismo e na natureza. A partir disso ele constrói ferramentas e máquinas que imitam estas regularidades e passam a ser próteses do homem em sua ação produtiva e social. Para o autor, estas regularidades levam ao surgimento de mecanismos que cada vez mais automaticamente executam funções que significam menor esforço humano e maior resultado para a ação realizada. A tecnificação produzida pelo homem passa a influenciá-lo de fora para dentro automatizando também o próprio homem que no trabalho, e nas suas relações sociais repete funções, cumpre papéis, um certo *habitus*, em diferentes campos da atividade humana. Assim, diz o autor, o homem envolvido em automatismos, perde de vista a finalidade de suas ações atendo-se mais aos meios do que aos fins. É assim, que para Gehlen surgem o que podemos denominar de dispositivos de produção e de sociedade, que ao mesmo tempo, em que são criaturas do homem são também criadores de cultura.

Uma segunda contribuição buscamos nos debates que Mark Poster (2000) e Paul Grosswiler (1998) fazem a partir das teorias da linguagem, especialmente de Michel Foucault e Jacques Derrida. Embora reconhecendo a centralidade da técnica, estes autores rejeitam o determinismo tecnológico e conferem a linguagem um papel igualmente importante na constituição do sujeito na sociedade moderna. Foi assim na oralidade, na imprensa e é especialmente com os novos mídia e seus dispositivos de produção. É ali que o discurso se assume enquanto uma tecnologia de poder e passa a ser visto como criador de uma totalidade, onde o sujeito é submetido (cf. FIDALGO, 2001). Fala-se agora em “modo de informação”, uma relação com o modo de produção em Marx, onde em vez da técnica, o discurso é o que constitui sujeitos, poderes, sociedades, identidades, etc. Nesta visão, as imagens, texto, sons e a palavra, são elementos de dominação no sentido em que contribuem para a formulação das identidades do sujeito impondo determinadas lógicas. Estamos agora diante de

diferentes dispositivos (formas de linguagem, diferentes tipos de discursos) que são ação humana, ao mesmo tempo em que são criadores de novas realidades em nossa sociedade.

Na sociedade contemporânea, os dispositivos midiáticos possuem cada vez maior centralidade. São destaque os componentes técnico-tecnológicos, mas também os componentes lingüísticos. Até pouco tempo essa centralidade parecia ter encontrado sua paragem na televisão, porém, com a expansão da Internet são cada vez maiores as atenções que se voltam para ela. Isso se deve em grande medida pelas possibilidades de expressão da subjetividade e das identidades marginalizadas nos meios onde predomina a ação produtiva dos grandes grupos de mídia. É isso que nos interessa neste estudo. Não estamos ocupados em compreender o consumo de produtos pela Internet, mas sim as possibilidades que ela oferece para expressão de identidades, especialmente das identidades indígenas.

A Internet é resultado de um processo social e tecnológico que emergiu e se desenvolveu aceleradamente nos anos recentes. Ao mesmo tempo que ela atrai grandes investimentos, que em grande medida determinam o seu rumo, vemos por outro lado os diversos usos que ela vem tendo, e que inclusive vem surpreendendo os seus criadores. Neste sentido podemos dizer o autor, que a Internet determina, mas ao mesmo tempo é determinada pela modernidade.

Por um lado, a Internet é vista principalmente como máquina (cf. SERRA, 2005), como tecnologia (Cf. PEREIRA, 2005), porém como sendo mais do que um prolongamento dos membros do homem (Cf. RODRIGUES, 1986). Ela é principalmente prolongamento da capacidade, do poder e do sentido. O homem modifica o seu poder e os sentidos que atribui às coisas a partir da utilização de diferentes dispositivos. Por outro lado, ela comporta mecanismos de produção e linguagem próprios, que possibilitam a expressão da subjetividade individuais e coletivas, diferentemente dos mídias anteriores que encontram-se dominados principalmente por grupos empresariais. João Carlos Correia destaca a linguagem como o meio em que surge todo o pensamento e fora do qual não há pura e simplesmente pensamento. Para ele, quando se refere ao jornalismo em geral e particularmente à Internet a “linguagem torna-se o *medium* que torna possível a identidade, a

intersubjetividade, a socialização e a transmissão geracional” (2004, p. 22). No mesmo sentido vai a afirmação de Adriano Duarte Rodrigues (1998), destacando as novas tecnologias de informação como fator de inclusão.

Os usuários da Internet, estão cada vez mais criando novas formas de se expressar na Internet. O que demonstra, também, que ela passa a ser uma arena onde a subjetividade humana e as diversas identidades encontram espaço para se expressar. Apesar da sua grande difusão, ela ainda não é acessível para muitos grupos sociais. Mas, ela representa um potencial muito grande na perspectiva de ser um canal de expressão de grupos sociais nas condições em que ele se encontra.

Para podermos saber como se dá a relação entre os indivíduos em sociedade no uso da Internet é preciso verificar em cada contexto como isso se dá. Pois em cada realidade os indivíduos podem criar formas de apropriação diferentes das que foram imaginadas pelos seus criadores. A Internet é portanto um novo espaço onde pode tanto acontecer a dominação ou a liberação dos sujeitos individuais ou coletivos. Nesse sentido Paulo Serra (2005) diz que a Internet possui um potencial de destruição, mas ao mesmo tempo de reforço das identidades. A questão é o objetivo que se tem com ela e o uso que se faz dela.

2. Identidade

As identidades são construção social. Os indivíduos e os agrupamentos humanos constroem a sua identidade. Nas sociedades pré-modernas, isso se dava principalmente, a partir de um campo de saber e estruturas de poder. Assim constituíram-se certas ordens e estabilidades que eram reconhecidas como sendo a identidade de um e outro grupo. Em cada época são criados diferentes dispositivos que contribuem para a constituição das diferentes identidades.

As identidades são dinâmicas e elas se modificam no tempo. O que nos leva a concluir a impossibilidade de um retorno a identidades pré-modernas descritas por historiadores e antropólogos. A partir disso fica claro que das identidades do passado somente é possível encontrar alguns traços entre as que existem atualmente.

As identidades se constroem como verdadeira tarefa humana a partir do diálogo intersubjetivo. Isso implica a relação, a interpretação, a mediação e a exposição ao *Outro* (cf. FERREIRA, 2003). Nos agrupamentos humanos em que o diálogo só acontecia no interior do grupo étnico, a identidade que cimentava a união e mantinha a estabilidade era constituída a partir do diálogo na própria comunidade. Algumas delas possuíam as metades clônicas que contribuía para a expressão da alteridade e o diálogo intersubjetivo em seu interior. Hoje isso não é mais suficiente para manter a unidade num grupo étnico. Especialmente, com o surgimento dos mídia elétrico-eletrônicos que ultrapassam fronteiras identitárias aumentam as possibilidades de diálogo e, portanto, as possibilidades de novas identidades são muito grandes. O que nos leva a crer que em uma comunidade indígena podem ser encontradas diversas identidades ao mesmo tempo.

2.1. Compreendendo a identidade dos indígenas

Para compreender a identidade dos indígenas no início do século XIX, é preciso fazer o caminho de retorno às origens e buscar compreender o seu percurso. Destacamos três perspectivas: a primeira delas é a identidade na perspectiva étnica, que ainda encontra espaço em contextos mais autônomos de vida, tais como grupos de indígenas, de negros, ou de outros que viveram à margem da racionalidade moderna; a outra perspectiva diz respeito às novas identidades que surgem a partir da racionalidade moderna, ou seja com o surgimento do estado moderno e a racionalidade econômica; porém, uma terceira perspectiva de compreender o que seja identidade se dá a partir da fragmentação do sujeito na pós-modernidade, onde se constituem novas formas de identidades ou comunidades.

Não pretendemos aqui aprofundar, todas essas perspectivas, mas somente destacar aqueles aspectos necessários para compreender o processo cultural em andamento entre os indígenas caingangues no Rio Grande do Sul. No nosso entender eles ainda preservam traços pré-modernos, mas ao mesmo tempo lutam enquanto movimento social por seus direitos, mas também, já se percebe entre eles uma crescente

dispersão dos sujeitos, especialmente a partir do acesso aos modernos meios de comunicação social.

Os indígenas caingangues são os principais remanescentes no Rio Grande do Sul. Eles constituem aproximadamente 20 mil habitantes em mais de uma dezena de aldeias. Na época das reduções jesuíticas guaranis, no século XVII e XVIII, eles habitavam as matas, onde permaneceram até meados do século XIX, o que possibilitou-lhes continuar sua vida sem a influência externa da sociedade modernizante.

Quase todos os agrupamentos caingangues encontram-se em aldeias na região norte do Rio Grande do Sul. Existem, ainda, grupos espalhados nas periferias de cidades como Porto Alegre, São Leopoldo e outros em acampamentos provisórios ao longo de rodovias.

Segundo Sousa Santos, as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. Na verdade, elas são o resultado de processos de identificação.

“Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso” (2002, p. 119).

Partimos da hipótese de que a identidade caingangue descrita nos primeiros relatos sobre eles, não existe mais e que no percurso que fizeram de meados do século XIX, até os dias atuais, a sua identidade foi sendo modificada e de certa forma reinventada com a mudança de diversos sentidos em sua vida.

Buscando compreender o processo identitário dos caingangues vamos fazer um percurso pelas diferentes temporalidades da sua história. Um período anterior ao contato com outras sociedades que chamaremos de período pré-moderno que no caso do povo caingangue vai até o início do século XIX, estendendo-se em alguns casos até meados do século.

Segundo Paulo Serra (2005) a questão da identidade não era uma preocupação nas sociedades pré-modernas. Ela não precisava ser procurada e nem construída, pois ela era dada pelos mecanismos institucionalizados e havia uma certa estabilidade sobre o que cada um era e o que tinha que fazer. Além do mais, no dizer de Gil Ferreira (2005), a identidade pressupõe reconhecimento e no caso caingangue não havia o outro para reconhecê-los, por isso a questão da identidade não era preocupação da comunidade no sua fase pré-moderna, anterior ao contato com outras civilizações. O indígena deste período foi descrito por antropólogos e historiadores que fizeram os primeiros contatos com os indígenas e diziam respeito, principalmente à religião, ao idioma, aos papéis do homem, da mulher e dos idosos, a sua organização interna, as metades clânicas, os cuidados com a saúde, etc. Apesar do processo identitário em acelerada mudança, ainda hoje é possível encontrar alguns traços identitários desta fase.

Definimos como período da modernidade para os indígenas caingangues aquele que se inicia com os aldeamentos e a sua adequação às exigências do Estado e do mercado onde violentamente vão sendo inseridos. Os primeiros contatos com a sociedade não-indígena foram conflitivos. Muitos indígenas foram massacrados pela sociedade invasora, que com sua mentalidade de superioridade, eliminou aqueles que persistiam em impedir a colonização das terras. O conflito foi amenizado com a intervenção do Estado que constituiu os aldeamentos indígenas, onde foram reunidos os remanescentes do massacre inicial. Sob a coordenação do Estado os indígenas ficaram reduzidos a alguns territórios, liberando o restante das terras para serem colonizadas com o incentivo do mesmo Estado. Assim, ao mesmo tempo em que o Estado buscava ocupar as terras de mata com colonos descendentes de europeus, estabeleceu suas políticas indígenas que foram sendo introduzidas nas aldeias para ali manter os indígenas remanescentes. A partir de então os indígenas caingangues passam a ser identificados e a identificar-se como aqueles que vivem nas aldeias e sob a tutela do Estado.

A modernidade, segundo Sousa Santos se assenta em dois pilares

“o pilar da regulação e o pilar da emancipação. (...) O pilar da regulação é constituído pelo princípio do Estado (...); pelo princípio do mercado(...); e pelo princípio da comunidade (...). Por sua vez, o pilar da emancipação é constituído por três lógicas de racionalidade: a racionalidade estético-expressiva da arte e da literatura; a racionalidade moral-prática da ética e do direito; e a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica” (2002, p. 71).

A modernidade, para os indígenas, significou a ruptura radical de sua cultura e portanto de sua identidade. O seu modo de vida anterior foi substituído por uma regulação externa advinda do Estado que lhes impôs nova forma de vida. Eles que não eram dados ao trabalho foram obrigados a proverem seu sustento pelo seu esforço produtivo nas terras que aos poucos foram sendo devastadas, ficando sem as suas matas nativas, seu habitat anterior. Para os indígenas, desse ponto de vista, a modernidade significou sofrimento, diminuição da população, trabalho forçado, submissão e morte... Para eles a regulação significou a perda da sua autonomia e da sua organização, sendo estas substituídas pela tutela e o controle do Estado. Foram também obrigados a deixar de viver em sua economia de solidariedade a partir da natureza e passaram a ser inseridos na economia de mercado. Nesta fase, alguns traços da sua cultura anterior foram preservados, especialmente pela possibilidade de manter alguns laços comunitários nas aldeias e através de práticas ritualísticas que foram mantidas longe do controle dos agentes externos.

Se por um lado, a modernidade se fez sentir entre eles pela regulação, não se fez sentir pelo pilar da emancipação. Este somente passou a encontrar tardiamente espaço entre os indígenas, quando da mudança das políticas indígenas por parte do Estado, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988. Nesta época, diversos aldeamentos já haviam sido extintos pelo Estado, pela alegação de diminuição da

população indígena, que, tendo perdido a dinâmica da sua cultura, perdeu também o sentido de viver.

A expressão da luta emancipatória nos últimos anos se manifesta fundamentalmente na organização do “Movimento de Resistência Indígena”, onde participam as lideranças constituídas das aldeias e que busca nomeadamente a reconquista de seus antigos territórios demarcados, a preservação do seu idioma e o resgate da sua cultura tradicional. Para isso existe uma clara determinação percebida no aumento da população indígena e na pressão exercida pelas comunidades obrigando o Estado a atendê-las. Porém, isso vem acontecendo com muitos problemas, especialmente, porque, para a realização tardia de uma das promessas da modernidade são muitos os conflitos, pois algumas características da pós-modernidade já se fazem sentir em seu meio.

Além das marcas pré-modernas e modernas presentes na identidade dos caingangues no Rio Grande do Sul, existem também traços identitários que são resultado do que é, por alguns, designado de pós-modernidade. As características mais destacadas desse novo período, conforme João Carlos Correia (2004) são descritas como um acentuado subjetivismo que se expressa no descentramento e da fragmentação do sujeito; a recusa de qualquer tirania com fluidez no que toca ao compromisso emancipatório do ponto de vista político; em relação a ética surge associado a um relativismo axiológico; e do ponto de vista estético prevalecem os usos de fenômenos triviais e fugazes como a moda e outras formas de indústria cultural. Alguns efeitos da pós-modernidade foram lembrados por Boaventura Sousa Santos, citando Hassan: “...indeterminações; fragmentação; descanonização; descentração e superficialização; irresponsabilidade; ironia; hibridização; carnavalização no sentido de Bakhtin; desempenho (performance) e participação; construcionismo; imanência” (2002, p. 92).

Diante dessa constatação percebe-se um conflito de identidade no interior das comunidades. Isso leva naturalmente a um conflito de sentido. Enquanto a parte hegemônica, busca manter ou resgatar traços da identidade indígena caingangue, existem parcelas das comunidades que buscam benefícios individualizados através da regulação do Estado e do mercado e ainda outras, mais influenciadas pelos meios de comunicação desejam usufruir dos produtos e valores oferecidos pela indústria cultural.

Aí cabe a pergunta: o que mesmo os indígenas desejam resgatar em termos de identidade e como a Internet pode contribuir? A primeira parte da pergunta precisa ser respondida pelos próprios sujeitos indígenas, mas em relação a segunda, vamos ensaiar uma resposta que pretende ser, nada mais do que uma simples contribuição acadêmica.

2.2. A Internet entre os caingangues

Antes, porém, de indicar algumas pistas torna-se necessário contextualizar a Internet no meio indígena caingangue. Com a chegada da energia elétrica às aldeias, a partir dos anos 70, os indígenas passaram a ter acesso facilitado ao rádio e também aos poucos a ter a presença da televisão. Isso foi em grande medida estimulado pela presença dos agentes do Estado que residiam nas aldeias. Até o presente momento, a televisão entrou na sua vida, principalmente na condição de consumidores, onde as preferências de programas e conteúdos não diferem do restante da população. Como já mostramos em estudo anterior (KLEIN, 2006), os indígenas já compreenderam a importância dos meios de comunicação para o seu reconhecimento na sociedade. Especialmente em relação à televisão, isso pode ser notado quando da midiáticação de eventos protagonizados por eles onde se percebe que suas ações são organizadas para facilitar a sua midiáticação.

A Internet, ainda, continua sendo uma ilustre desconhecida, na maioria das comunidades indígenas e portanto, para a maioria da população que vive nas aldeias. Nota-se até agora uma presença tímida em algumas escolas, porém com acesso muito restrito. As lideranças que participam do movimento indígena mais amplo e aqueles que frequentam cursos universitários, possuem um contato maior com esse novo meio de comunicação.

Qual será o papel que a Internet vai desempenhar nas aldeias indígenas a partir do momento que se disseminar para os membros das comunidades? Será um canal para consumir informações vindas de fora, ou será um canal de expressão dos valores cultivados na aldeia e que os identificam como indígenas?

Se a Internet for apropriada de forma individual, ou seja para consumir o que é produzido por outros, com certeza, contribuirá para aumentar ainda mais a fragmentação da identidade nas comunidades indígenas. Porém, se ela for utilizada na perspectiva das políticas identitárias do povo caingangue ela poderá, por um lado, ser uma importante ferramenta tecnológica e de linguagem para reforçar algumas marcas ainda existentes entre eles, e que os identificam. E por outro, poderá contribuir para o seu reconhecimento enquanto povo indígena perante os demais grupos que convivem nas regiões onde se situam as aldeias.

3. A Internet e suas possibilidades

Após as reflexões anteriores arriscamos apontar algumas pistas para a implantação e uso da Internet nas comunidades indígenas. O que desejamos são apenas algumas contribuições reflexivas, preservando o seu direito de decidir enquanto povo. Acreditamos que essa deverá ser uma tarefa deles, enquanto sujeitos de sua história.

Pelo que foi proposto até aqui, a Internet pode ser um ótimo instrumento para a re-construção ou construção do que seja a identidade dos indígenas. Como se trata de um meio de comunicação, não originariamente constituído para ser utilizado para fins educativos e como um instrumento para o reconhecimento de minorias étnicas, é preciso que ele seja compreendido como um dispositivo tecnológico e de linguagem que carrega muito mais do que possibilidades emancipatórias.

A Internet poderá ser um ótimo aliado da causa indígena se ela for colocada como um instrumento a serviço dos projetos maiores, ou seja à serviço da rede social indígena que tem se fortalecido apesar da presença do Estado através dos seus organismos de política indígena.

As nossas conclusões vão na direção da afirmação de João Carlos Correia, quando fala dos media enquanto

“construção de sentido para a conduta social; a perpetuação e reprodução de enquadramentos axiológicos e normativos que permitem a formação de identidades sociais e coletivas; a construção e o reforço da imagem que essas identidades fornecem de si próprias e das outras, seja a nível individual seja a nível coletivo; a conquista da visibilidade que permite a luta pelo reconhecimento” (2004, p. 33).

A utilização de uma mídia nesta perspectiva por um grupo de indígenas é algo extremamente inovador, pois até o momento predominam os discursos e imagens sobre eles veiculados pela mídia impressa, radial e televisiva que mantém o controle da produção discursiva. Ali são muito comuns as imagens preconceituosas dos indígenas, enquanto primitivos, selvagens, exóticos, vítimas e também como causadores de desordem social.

Acreditamos que ela enquanto dispositivo tecnológico e de linguagem terá um papel positivo nas comunidades indígenas, porém para isso a Internet deverá ser colocada sob o controle dos interesses da comunidade.

Uma primeira contribuição que a Internet poderá trazer será na perspectiva de minimizar os efeitos negativos da fragmentação da identidade reforçada pelo discurso exógeno. Isso pode ser facilitado através da reflexividade possível a partir dos textos e imagens que podem ser vistos e revistos, diferentemente daqueles veiculados pela televisão. A escrita, segundo Mark Poster (2000) possibilita o avanço da consciência crítica, tanto de produtores quanto dos receptores. Essa prática aumentará a reflexão sobre a sua vida, sua história e seus projetos.

A Internet pode ser também “um espaço de possível transformação social e educativa, que permita aos intervenientes (...) potencializarem a sua visão do mundo” (Ferreira, Gil, 2003, p. 122). Um dos caminhos para isso é a inserção da sua linguagem na Internet, deixando de ser apenas consumidores, passando a ser produtores. Um caminho para isso é a utilização do idioma caingangue, que não é falado pelas demais

grupos sociais, mas que facilita a comunicação em rede entre as diversas comunidades caingangue. O outro caminho é a produção do seu discurso em língua portuguesa estabelecendo um diálogo com a sociedade a partir da sua identidade, ou seja, da forma como é que gostariam de ser reconhecidos pelos outros.

Outra importante contribuição possível com a Internet será a facilitação da constituição de sua memória. A Internet é espaço privilegiado e de enorme potencial de memória (CANAVILHAS, 2004). São muitas as possibilidades de registro e arquivamento de textos e imagens sobre eventos, sobre acontecimentos, que antes eram arquivados, mas impossibilitados de acesso pela comunidade. A Internet, ao mesmo tempo que possibilita uma memória segura, facilita a sua acessibilidade.

A Internet torna-se assim um espaço promissor para que as comunidades indígenas possam veicular o seu discurso enquanto povo e sendo reconhecidos enquanto tal.

Referências Bibliográficas

- CANAVILHAS, João. A Internet como memória. BOCC. 2004
- CORREIA, João Carlos. Comunicação e cidadania – Os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas. Lisboa: Horizontes. 2004.
- FERREIRA, Gil. Mídia e libertação de identidades na cultura contemporânea. In: Media & Jornalismo nº3. Coimbra: Minerva. 2003. p. 113-124.
- FERREIRA, Gil. Identidade e políticas de reconhecimento social na sociedade de rede. Portugal: 4º SOPCOM. 2005. Livro de atas p. 713-723.
- FIDALGO, Antônio. O modo de informação de Mark Poster. BOCC. 2001
- GEHLEN, Arnold. A alma na era da técnica – Problemas de psicologia social na sociedade industrializada. Lisboa: Livros do Brasil. S/data.
- GROSSWILER, Paul. Method is the message - rethinking McLuhan through Critical Theory. Montréal: Black Rose Books. 1998.
- KLEIN, Otavio José. Os indígenas *kaingáangs* no telejornalismo da RBS TV no Rio Grande do Sul: análise da produção. In: Atas da ALAIC 2006 – GT de Meios Comunitários e Cidadania. www.unirevista.unisinos.br. Acesso em outubro de 2006.
- PEREIRA, Marcus Abílio Gomes. O caráter politencial da Internet. In: Braga, Adriana. CMC, identidades e gênero – Teoria e método. Covilhã – PT: Ubi. 2005. p. 163-188 (versão on-line)
- POSTER, Mark. A segunda era dos média. Oeiras – Portugal: Celta. 2000.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. As novas tecnologias da informação e a experiência. BOCC. 1998.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. In: TECNO-LÓGICAS - Revista Comunicação e Linguagens – Nº 4 –Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens (CECL) – Universidade Nova de Lisboa – Lisboa - Dezembro de 1986.
- SERRA, Paulo. On-line e off-line: concordâncias, oposições e complementaridades. In: Braga, Adriana. CMC, identidades e gênero – Teoria e método. Covilhã – PT: Ubi. 2005. p. 117-146 (versão on-line)
- SOUSA SANTOS, Boaventura. Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade. 8ª ed. Porto: Edições Afrontamento. 2002

